

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 179.345-3 16ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelante: GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE

Apelados: ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA E OUTROS

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE VIDA. INADIMPLEMENTO CONTRATUAL. RECUSA AO PAGAMENTO DE PECÚLIO. ALEGAÇÃO DE MÁ-FÉ DA SEGURADA. ABALO MORAL A EXIGIR COMPENSAÇÃO PECUNIÁRIA. INDENIZAÇÃO ARBITRADA EM VALOR EXORBITANTE. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. AUSÊNCIA.

1. Apesar da jurisprudência, em regra, firmar-se no sentido de que apenas o inadimplemento contratual não é fato capaz de ocasionar dano moral, tal entendimento deve ser excepcionado desde que o descumprimento do contrato ocasione consequências bastante sérias de cunho psicológico, isto é, quando acarrete um abalo moral significativo à parte prejudicada.

2. A conduta da seguradora que se recusa a cumprir contrato regularmente firmado, alegando tão somente a má-fé da segurada, sem, no entanto, apresentar justificativa aceitável para tanto, constitui-se em fato suficiente para ocasionar aflição psicológica e angústia capazes de ensejar a concessão de indenização por dano moral.

3. Diante das circunstâncias fáticas que constituem o caso em análise e com base nos critérios da razoabilidade, da proporcionalidade e na condição socioeconômica das partes, o valor arbitrado a título de dano moral não pode ser fixado em *quantum* manifestamente exagerado, a ponto de ensejar o enriquecimento ilícito por parte dos seus beneficiários.

4. A litigância de má-fé se caracteriza mediante requisitos específicos, como a adequação da conduta a uma das hipóteses previstas pelo art. 17 do CPC, bem como a verificação de prejuízo processual à parte adversa em razão do mal proceder. A penalidade prevista pelo art. 18 do CPC, portanto, não deve ser aplicada quando tal hipótese não se configura de forma clara, isto é, evidenciada por dolo específico do litigante, aproximando-se mais de erro na formulação da narrativa que refere os fatos que deram origem à demanda,

5. Apelação Cível a que se dá parcial provimento, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 179.345-3, que tem como Apelante **GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE**, e, como Apelados **ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA E OUTROS**, **ACORDAM** os Desembargadores que compõem a 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife, 03 de junho de 2014


Stênio Neiva Coelho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 179.345-3 16ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelante: GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE

Apelados: ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA E OUTROS

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.

RELATÓRIO

Cuida-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, proposta por ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA, ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA JUNIOR e CLEVERSON LUIZ LOPES PEREIRA em face de GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE, em virtude de ofensas perpetradas pela seguradora através de carta em que se recusa ao pagamento de pecúlio estipulado contratualmente.

Na inicial (fls. 02/18), narram os autores que Ondina Monteiro Pereira, cônjuge já falecida do demandante Abné Francisco Lopes Pereira, era associada do plano de pecúlio da seguradora ré, sendo que, desde setembro de 1987, alterou a faixa do seu plano para a de nº 275, superior à inicialmente contratada. Informam ainda que, anteriormente a tal modificação contratual, a referida senhora se submeteu a procedimento cirúrgico, cujo pós-operatório não apresentou quaisquer irregularidades.

Após 14 (quatorze) anos, a senhora mencionada veio a óbito, o que ensejou o recebimento pelo seu cônjuge, Abné Francisco Lopes Pereira, titular do plano de pecúlio, dos valores previstos contratualmente. A seguradora ré, no entanto, desconsiderou a faixa de nº 275, realizando o pagamento nos valores ajustados anteriormente à alteração contratual efetuada em 1987, por entender que a segurada omitiu circunstância relevante com relação ao seu estado de saúde, agindo de má-fé, o que implicava a incidência do art. 1444 do Código Civil de 1916.

O inadimplemento parcial por parte da demandada motivou a interposição, pelo do cônjuge da falecida, de ação indenização por responsabilidade contratual, com o fim de obter a diferença entre o pagamento efetuado pela ré e os valores que entendia de direito. A tal pleito foi dado provimento, conforme consta em sentença colacionada às fls. 38/43.

Assim, diante da conduta da seguradora demandada, em especial em vista das afirmações por ela perpetradas através de carta (fls. 52/53) em que formaliza a recusa ao pagamento do *quantum* correspondente à faixa de nº 275, os autores - cônjuge e filhos da segurada falecida - pleiteiam, por meio desta demanda, o pagamento de indenização por danos morais.

Devidamente intimada, a ré apresenta contestação às fls. 62/70, através da qual aduz, preliminarmente, a carência de ação dos autores, e, no mérito, que o caso *sub examine* não enseja a concessão de indenização por dano extrapatrimonial.

Na sentença de fls. 208/213, o juiz *a quo* deu provimento ao pleito autoral, por considerar que a conduta da ré acarretou aos demandantes abalos psíquicos mercedores de compensação por intermédio de indenização pecuniária, arbitrada no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira, e de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para cada um dos demais autores, totalizando a quantia de R\$70.000,00 (setenta mil reais).

Inconformada, a GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE interpôs apelação (fls. 218/225), sustentando, em síntese, que não deu causa a qualquer dano extrapatrimonial aos demandados, bem como que o valor arbitrado a título de indenização foi definido em *quantum* exorbitante.

Em contrarrazões (fl. 234/245), os autores defendem que a negativa da seguradora ré em adimplir o contrato anteriormente firmado, por si só, é fato capaz de ensejar o pagamento de indenização por danos morais; que o *quantum* de indenização arbitrado pelo magistrado de 1º grau foi adequado; bem como que a ré/apelante deturpa a verdade dos fatos ao afirmar que os autores/apelados pleiteiam indenização por danos morais devido à demora no pagamento da indenização securitária, o que implica a aplicação da multa prevista pelo art. 18 do CPC em vista da litigância de má-fé da recorrente.

É o relatório.

À revisão.

Recife, 24 de abril de 2014.


Des. Stênio Neiva Coêlho
Relator

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Apelação Cível nº: 179.345-3 16ª Vara Cível da Comarca de Recife

Apelante: GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE

Apelados: ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA E OUTROS

Relator: Des. Stênio Neiva Coelho.

Revisor: Des. Josué Antônio Fôseca de Sena

VOTO

Trata-se de AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS, proposta por ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA, ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA JUNIOR e CLEVERSON LUIZ LOPES PEREIRA em face de GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE, em virtude de ofensas perpetradas pela demandada através de carta em que se recusa ao pagamento de pecúlio estipulado contratualmente.

Na inicial (fls. 02/18), narram os autores que Ondina Monteiro Pereira, cônjuge já falecida do demandante Abné Francisco Lopes Pereira, era associada do plano de pecúlio da seguradora ré, sendo que, desde setembro de 1987, alterou a faixa do seu plano para a de nº 275, superior à inicialmente contratada. Informam ainda que, anteriormente a tal modificação contratual, a referida senhora se submeteu a procedimento cirúrgico, cujo pós-operatório não apresentou quaisquer irregularidades.

Após 14 (quatorze) anos, a senhora mencionada veio a óbito, o que ensejou o recebimento pelo seu cônjuge, Abné Francisco Lopes Pereira, beneficiário do plano de pecúlio, dos valores previstos contratualmente. A seguradora ré, no entanto, desconsiderou a faixa de nº 275, realizando o pagamento nos valores ajustados anteriormente à alteração contratual efetuada em 1987, por entender que a segurada omitiu circunstância relevante com relação ao seu estado de saúde, agindo de má-fé, o que implicava a incidência do art. 1444 do Código Civil de 1916.

O inadimplemento parcial por parte da demandada motivou a interposição, pelo do cônjuge da falecida, de ação indenização por responsabilidade contratual do segurador, com o fim de obter a diferença entre o pagamento efetuado pela ré e os valores que entendia de direito. A tal pleito foi dado provimento, conforme consta em sentença colacionada às fls. 38/43.

Assim, diante da conduta da seguradora demandada, em especial em vista das afirmações por ela perpetradas através de carta (fls. 52/53) em que formaliza a recusa ao pagamento do *quantum* correspondente à faixa de nº 275, os autores - cônjuge e filhos da segurada falecida - pleiteiam, por meio desta demanda, o pagamento de indenização por danos morais.

Em sede de contestação (fls. 62/70), a ré aduz, preliminarmente, a carência de ação dos autores, e, no mérito, que o caso *sub examine* não enseja a concessão de indenização por dano extrapatrimonial.

Na sentença de fls. 208/213, o juiz *a quo* deu provimento ao pleito autoral, por considerar que a conduta da ré acarretou aos demandantes abalos psíquicos merecedores de compensação por intermédio de indenização pecuniária, arbitrada no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira, e de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para cada um dos demais autores, totalizando a quantia de R\$70.000,00 (setenta mil reais).

Inconformada, a GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE interpôs apelação (fls. 218/225), sustentando, em síntese, que não deu causa a qualquer dano extrapatrimonial aos demandados; bem como que o valor arbitrado a título de indenização foi definido em *quantum* exorbitante.

Em contrarrazões (fl. 234/245), os autores pugnam pela manutenção da sentença *a quo* em todos os seus termos, aduzindo, conjuntamente, que a ré/apelante deturpa a verdade dos fatos ao afirmar que os autores/apelados pleiteiam indenização por danos morais devido à demora no pagamento da

indenização securitária, o que caracteriza a aplicação da multa prevista pelo art. 18 do CPC em vista da litigância de má-fé da recorrente.

De início, aprecio a alegação da seguradora ré/apelante quanto à incapacidade do inadimplemento contratual, por si só, ensejar o pagamento de indenização por danos morais.

À luz do princípio *pacta sunt servanda*, o contrato, uma vez celebrado com observância de todos os pressupostos e requisitos necessários a sua validade, deve ser executado entre as partes como se suas cláusulas fossem preceitos legais imperativos. A vontade, portanto, uma vez manifestada, faz lei entre as partes, obrigando estas à rigorosa observância do disposto contratualmente.

Quando assim não se dá, isto é, diante do inadimplemento culposos da obrigação, cabe à parte prejudicada acionar o mecanismo sancionatório do direito privado para pleitear o cumprimento forçado da obrigação ou, na impossibilidade deste se realizar, a indenização cabível.¹

Dessa forma, seja por inadimplemento absoluto ou relativo, o não cumprimento do contrato acarreta ao devedor a obrigação de indenizar os prejuízos decorrentes de tal inobservância ocasionados ao credor. Assim determinava o art. 1056 do Código Civil de 1916, então vigente quando da ocorrência dos fatos que motivaram o presente feito, *in verbis*:

Art. 1056. Não cumprindo a obrigação, ou deixando de cumpri-la pelo modo e no tempo devidos, responde o devedor por perdas e danos.

Em suas razões, aduz o recorrente que o inadimplemento contratual, ora examinado, não consubstancia dano moral indenizável, mas mero dissabor ou contratempo.

Compulsando os autos, no entanto, verifico que as circunstâncias particulares que caracterizam o caso *sub examine* permitem a aplicação de *quantum* indenizatório a título de danos morais. É o que passo a elucidar.

A indenização por dano moral decorre de lesão de natureza extrapatrimonial, isto é, que atinge bem personalíssimo do ofendido, não lhe alcançando a esfera patrimonial. Sua aplicação é restrita, já que pressupõe a ofensa anormal à personalidade. O direito a indenização, portanto, deve restringir-se aos danos que denotem um mínimo de gravidade, em consonância o brocardo "*de minimus non curat praetor*" ("*O pretor não se ocupa com coisas insignificantes*").

Com o mesmo raciocínio, destaco o que dispõe o art. 496 do Código Civil português, *in verbis*:

Art. 496º. (Danos não patrimoniais)

1. Na fixação da indemnização deve atender-se aos danos não patrimoniais que, pela sua gravidade, mereçam a tutela do direito.

Dessa forma, não é qualquer aborrecimento comum e ordinário que enseja indenização por dano moral, mas tão somente o que acarreta um abalo psíquico autônomo e independente do aborrecimento normalmente trazido pelo prejuízo material. Assim leciona Pontes de Miranda, consoante o qual:

O que se há de exigir como pressuposto comum da reparabilidade do dano não patrimonial, incluído, pois, o moral, é a gravidade, além da ilicitude. Se não teve gravidade o dano, não se há pensar em indenização.²

No que concerne ao presente feito, verifico o que doutrinariamente se entende como *dano moral indireto*, já que, do inadimplemento contratual praticado pela ré/apelante, decorreu a lesão a um interesse tendente à satisfação ou gozo de bens jurídicos patrimoniais, isto é, a conduta da seguradora,

¹ GONÇALVES, Carlos Roberto. *Direito Civil Brasileiro. Teoria geral das obrigações*. Volume 2. 11ªEd. São Paulo: Saraiva, 2014. P.372.

² Pontes de Miranda *in* GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. 15ªEd. São Paulo: Saraiva, 2014. P.501.

apesar de atingir, diretamente, um bem patrimonial dos autores, ocasionou, reflexamente, prejuízos de ordem imaterial aos mesmos.

Não desconheço que a jurisprudência do STJ, em regra, é no sentido de que o inadimplemento contratual, por si só, não constitui fato capaz de ensejar danos morais. Tais precedentes, no entanto, não se posicionam de modo intransigente quanto à matéria, admitindo que, a depender das particularidades do caso concreto, possa ser constatado abalo moral a exigir compensação pecuniária.

Assim se dá, visto que,

embora a prestação tenha conteúdo patrimonial, o interesse do credor na prestação pode, conforme as circunstâncias, apresentar um caráter extrapatrimonial, porque ligado à sua saúde ou de pessoas de sua família, ao seu lazer, à sua comodidade, ao seu bem-estar, à sua educação, aos seus projetos intelectuais.³

No presente feito, constato que a conduta da ré/apelante, ao se recusar a cumprir o contrato firmado com a cônjuge do autor Abné Francisco Lopes, alegando tão somente a má-fé da segurada, sem, no entanto, apresentar justificativa aceitável para tanto, constitui-se em fato suficiente para ocasionar aflição psicológica e angústia capazes de ensejar a concessão de indenização por dano moral.

Ora, não se pode deixar de considerar o aborrecimento ocasionado aos autores/apelados pelo inadimplemento da ré/apelante, que, apesar de comprometer-se a pagar o *quantum* correspondente à faixa de nº 275, violou tal obrigação contratual tão somente sob o argumento de que a segurada havia agido de má-fé ao omitir procedimento cirúrgico realizado 14 (quatorze) anos antes de sua morte (e, portanto, da ocorrência do sinistro), sem possuir fundamento para tanto (isto é, qualquer dado ou prova que servisse de indício seguro da má-fé da contratante).

De fato, como restou assente através da sentença que deu provimento ao pleito do autor Abné Francisco Lopes Pereira – cônjuge beneficiário da segurada – em ação de indenização por responsabilidade contratual (fls.38/43), para que a seguradora possa se fundamentar na omissão de doença preexistente para exonerar-se do pagamento de indenização securitária, impõe-se a realização de exames prévios ou a comprovação da efetiva má-fé do segurado.

Dessa forma, ainda que verificada a existência de doença anterior à contratação do seguro, esta, por si só, não implica a má-fé da segurada, uma vez que má-fé não se presume, mas deve ser comprovada por meio de prova inequívoca da tentativa de lesão à seguradora através de enriquecimento ilícito por parte da contratante. Não basta a mera negligência ou imprudência do segurado, sendo imprescindível a intenção de lesão à seguradora por parte deste.

Por conseguinte, apesar da jurisprudência, em regra, firmar-se no sentido de que apenas o inadimplemento contratual não é fato capaz de ocasionar dano moral, tal entendimento deve ser excepcionado desde que o descumprimento do contrato ocasione consequências bastante sérias de cunho psicológico, isto é, quando acarrete um abalo moral significativo à parte prejudicada, já que, consoante observa Ramón Daniel Pizarro, “um fato ilícito não deixa de ser tal, nem modifica sua natureza, pela mera circunstância de produzir-se ‘dentro’ de uma obrigação preexistente que resulta descumprida ou ‘fora’ dela”⁴.

³ ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Dano Moral em caso de descumprimento de Obrigação Contratual**. Disponível em http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_civil/dano_moral_em_caso_de_descumprimento_de_obrigacao_contratual.pdf Acesso em 16 de abril de 2014.

⁴ PIZARRO, Ramón Daniel in ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. **Dano Moral em caso de descumprimento de Obrigação Contratual**. Disponível em http://www.tjrj.jus.br/institucional/dir_gerais/dgcon/pdf/artigos/direi_civil/dano_moral_em_caso_de_descumprimento_de_obrigacao_contratual.pdf Acesso em 16 de abril de 2014.

Corroborando o exposto, destaco o que doutrina João Luiz Coelho da Rocha:

Contudo, assentado por suposto que um contrato, uma relação obrigacional convencionada nasce para ser cumprida, e cria compreensivelmente a expectativa psicológica desse cumprimento, não há por que negar, em princípio, que a frustração do ajuste inadimplido cause ou possa causar sentimentos angustiantes ou psicologicamente sensíveis à parte inocente. É claro que, ao menos em um *approach* propedêutico, o agravo moral de uma prestação de contrato culposamente negada não haverá de se comparar com o sofrimento à personalidade provocado por um ato culposo causador de um acidente, sobretudo se danos pessoais estão envolvidos. Contudo, há um horizonte aberto de possíveis sequelas que a injusta falha contratual possa acarretar no patrimônio psicológico daquele que contava com o cumprimento devido da *obligatio*.⁵

Destarte, a depender das circunstâncias que caracterizam o caso concreto, o descumprimento de obrigação contratual pode justificar o pagamento de indenização por danos morais. Na hipótese dos autos, o inadimplemento do contrato regularmente firmado, sem justificativa plausível por parte da seguradora ré, e, pior, fundamentada em alegações ofensivas à memória da segurada – cônjuge e mãe dos recorrentes – consubstancia conduta capaz de ensejar a concessão de indenização por dano extrapatrimonial, já que o prejuízo sofrido pelos autores/apelados extrapola o simples descumprimento da avença.

Dessa forma, à demandada cabe ressarcir os danos morais ocasionados aos autores, consoante estabelece o art. 159 do Código Civil de 1916 (dispositivo albergado pelo art. 186 do novo Código Civil):

Art. 159. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano.

Reconheço, portanto, o dever de indenizar decorrente da conduta ilícita da ré/apelante, que se configurou por meio de prática abusiva desta, ao recusar o adimplemento contratual sob alegação manifestamente infundada, assumindo o risco de causar lesão à parte autora, inclusive de ordem extrapatrimonial.

Com este entendimento, vem se firmando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

CIVIL E PROCESSUAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. PLANO DE SAÚDE. RECUSA DE AUTORIZAÇÃO PARA INTERNAÇÃO DE URGÊNCIA. DANO MORAL. EXISTÊNCIA. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS N. 5 E 7 DESTA CORTE. PRESSUPOSTOS. COMPROVAÇÃO. QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO. I. Súmula n. 7 desta corte: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial." II. Súmula n. 5 desta corte: "A simples interpretação de cláusula contratual não enseja recurso especial". III. "Conquanto a jurisprudência do STJ seja no sentido de que o mero inadimplemento contratual não ocasiona danos morais, esse entendimento deve ser excepcionado nas hipóteses em que da própria descrição das circunstâncias que perfazem o ilícito material é possível se verificar consequências de cunho psicológico que são resultado direto do inadimplemento." (REsp n. 1.072.308/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, 3ª Turma, unânime, DJe 10/06/2010) IV. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no Ag 1010856/RJ. Relator: Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR. Quarta Turma. Data de Julgamento: 18/11/2010. Data de Publicação: 01/12/2010 – *grifo nosso*).

Civil. Recurso Especial. Ação de indenização por danos materiais e morais. Embargos de declaração. Omissão, contradição ou obscuridade. Não indicação. Súmula 284/STF. Inadimplemento de contrato de compra e venda de casa pré-fabricada. Ausência de mero inadimplemento contratual. Violação ao princípio da dignidade da pessoa humana. Danos morais. Ocorrência.

⁵ ROCHA, João Luiz Coelho da in GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade Civil*. 15ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2014. P.554.

- A recorrente celebrou com a recorrida contrato de compra e venda de um "kit de casa de madeira", pagando-lhe à vista o valor acordado, sendo que, após alguns meses, pouco antes da data prevista para a entrega da casa, a recorrente foi informada, por terceiros, que a recorrida inadimpliu o contrato.
 - Conquanto a jurisprudência do STJ seja no sentido de que o mero inadimplemento contratual não ocasiona danos morais, tal entendimento, todavia, deve ser excepcionado nas hipóteses em que da própria descrição das circunstâncias que perfazem o ilícito material é possível extrair consequências bastante sérias de cunho psicológico, que são resultado direto do inadimplemento culposos.
 - No presente processo, o pedido de compensação por danos morais declinado pela recorrente não tem como causa o simples inadimplemento contratual, mas também do fato de a recorrida ter fechado suas instalações no local da contratação (Estado do Rio de Janeiro) sem lhe dar quaisquer explicações a respeito de seu novo endereço e/ou da não construção do imóvel.
 - Essa particularidade é relevante, pois, após a recorrente ter frustrado o seu direito de moradia, pelo inadimplemento do contrato de compra e venda de casa pré-moldada, o descaso da recorrida agravou a situação de angústia da recorrente.
 - A conduta da recorrida violou, portanto, o princípio da dignidade da pessoa humana, pois o direito de moradia, entre outros direitos sociais, visa à promoção de cada um dos componentes do Estado, com o insigne propósito instrumental de torná-los aptos de realizar os atributos de sua personalidade e afirmar a sua dignidade como pessoa humana.
 - Diante dessas circunstâncias que envolveram o inadimplemento contratual, é de se reconhecer, excepcionalmente, a ocorrência de danos morais. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.
- (STJ - REsp 1025665/RJ. Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI. TERCEIRA TURMA. Data de julgamento: 23/03/2010. Data de publicação: 09/04/2010 – *grifo nosso*).

No mesmo sentido, colaciono precedente deste Tribunal:

DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL - CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO DE BEBIDAS - RESCISÃO CONTRATUAL POR CULPA DA AGRAVANTE - PERDAS E DANOS - VIOLAÇÕES CONTRATUAIS QUE EXTRAPOLARAM O ÂMBITO DO MERO DESCUMPRIMENTO DO NEGÓCIO JURÍDICO - CABIMENTO DOS DANOS MORAIS - REGIME DO ART. 557 DO CPC - RECURSO DE AGRAVO IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. Demonstrado e provado a culpa da Agravante pela rescisão do contrato de distribuição de bebidas, especialmente em razão da invasão da área comercial reservada à Empresa Agravada e da prática de preços diferenciados em prejuízo ao distribuidor, incide, segundo a jurisprudência do Guardião da Legislação Federal (dentre outros: Recurso Especial - REsp nº 789708/RS, Rel. Min. Nancy Andrigui; e Recurso Especial - REsp nº 681100/PR, Rel. Min. Carlos Alberto Menezes Direito), as normas e princípios gerais das obrigações e contratos de direito privado, destacadamente o estatuído no parágrafo único do art. 1.092 do Código Civil de 1916 (CC/2002, art. 475): "A parte lesada pelo inadimplemento pode requerer a rescisão do contrato com perdas e danos". A indenização por danos materiais, na linha do entendimento jurisprudencial do Egrégio STJ, deve corresponder às perdas já acumuladas pela parte lesada, naquilo que a doutrina rotula de danos emergentes ou danos diretos, e os valores que ela deixou de auferir em face da prática do ato ilícito, o que se convencionou intitular lucros cessantes (dentre outros: Recurso Especial - REsp nº 979118/MT, Rel. Min. Nancy Andrigui; e Recurso Especial - REsp nº 401704/PR, Rel. Min. Honildo Amaral de Mello Castro). Na linha também perfilhada pelo Superior Tribunal de Justiça (dentre outros: Recurso Especial - REsp nº 930653/RJ, Rel. Min. Ari Pargendler; e Recurso Especial - REsp nº 1025665/RJ, Terceira Turma, Rel. Min. Nancy Andrigui), ainda que se trate de vínculo contratual, há sempre o dever de indenizar a título de dano moral, quando as violações contratuais perpetradas extrapolam o âmbito do mero descumprimento contratual e venham a atingir seriamente quaisquer dos direitos inerentes à personalidade, como ocorreu no caso em apreço, pois é inegável que tanto a Empresa quanto os seus sócios sofreram lesões ao que a doutrina denomina de honra objetiva, já que os Agravados gozavam de elevada reputação empresarial e as sucessivas violações contratuais macularam gravemente o bom nome e o perfil de sucesso dos Agravados no mercado distribuidor de bebidas. Em razão do contexto fático e dos precedentes do Colendo Superior Tribunal de Justiça - STJ, que lastrearam a decisão terminativa, adequada se mostra a aplicação do regime processual trazido pelo art. 557 do Código de Processo Civil - CPC. Recurso de Agravo a que se nega provimento, à unanimidade de votos.

(TJPE – Agravo 188676-2/01. Relator(a): Sílvio de Arruda Beltrão. 3ª Câmara Cível. Data do Julgamento: 06/05/2010. Data da Publicação: 27/05/2010 – *grifo nosso*).

Reconhecido o dever de indenizar por parte da seguradora ré/apelante, diante do dano extrapatrimonial ocasionado aos recorridos, passo a discorrer acerca do arbitramento do *quantum* fixado a título de indenização em 1ª instância.

Na sentença de fls. 208/213, o juiz *a quo* definiu a título de indenização o valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira, e de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para cada um dos demais autores, sendo estes, respectivamente, cônjuge beneficiário e filhos da segurada falecida, totalizando a quantia de R\$70.000,00 (setenta mil reais).

Analizando a presente demanda, diante das circunstâncias fáticas que constituem o caso em análise e com base nos critérios da razoabilidade, da proporcionalidade e na condição socioeconômica das partes, entendo que o *quantum* arbitrado deve ser modificado, visto que se encontra fixado em valor exorbitante.

No que concerne ao arbitramento de indenização por dano moral, não desconheço que se deve considerar a natureza jurídica desse instituto, de caráter não apenas compensativo à angústia e aflição sofridas pelo ofendido, mas também de viés punitivo e pedagógico à conduta do ofensor.

Isso leva à conclusão de que, diante da disparidade do poder econômico existente entre as partes, tendo em vista o transtorno enfrentado pelos autores/apelados, mister se faz que o *quantum* indenizatório corresponda a uma cifra cujo montante seja capaz de trazer o devido caráter disciplinador, a fim de persuadir a parte ré a adimplir devidamente as suas obrigações contratuais, atendendo aos princípios da boa-fé objetiva e da função social do contrato, em consonância com os dispositivos que tutelam a parte hipossuficiente nas relações contratuais de ordem consumerista.

E, ressalvo, a importância da indenização vai além do caso concreto, posto que a sentença tem alcance muito elevado, na medida em que traz consequências ao direito e a toda sociedade. No entanto, nessa atividade de mensuração,

deve o juiz ter em mente o princípio de que dano não pode ser fonte de lucro. A indenização deve ser suficiente para reparar o dano, o mais completamente possível, e nada mais. Qualquer quantia maior importará enriquecimento sem causa, ensejador de novo dano.⁶

Dessa forma, diante das circunstâncias fáticas mencionadas, e por entender que o valor arbitrado a título de dano moral deve se sujeitar à lei e ao bom-senso, não podendo ser fixado em *quantum* manifestamente exagerado, a ponto de ensejar o enriquecimento ilícito por parte dos seus beneficiários, considero que a sentença deve ser modificada no que concerne à mensuração do montante indenizatório.

Diante do exposto, à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, bem como dentro dos parâmetros estabelecidos por este Tribunal, a fim de assegurar aos lesados a justa reparação pelos danos sofridos, evitando, no entanto, seu enriquecimento ilícito, modifico o valor da indenização definida *a quo* para a quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira; e de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos demais autores – respectivamente, cônjuge e filhos da segurada falecida.

No mais, verifico que, em suas contrarrazões, os apelados apontam que a seguradora ré deturpa a verdade dos fatos ao afirmar que os autores/recorridos pleiteiam indenização por danos morais devido à demora no pagamento da indenização securitária, o que, segundo afirmam, implica a aplicação da multa prevista pelo art. 18 do CPC, em vista da litigância de má-fé da recorrente.

No que concerne à litigância de má-fé, porém, impõe considerar que esta se caracteriza mediante requisitos específicos, como a adequação da conduta a uma das hipóteses previstas pelo art. 17 do CPC, bem como a verificação de prejuízo processual à parte adversa em razão do mal proceder.

⁶ FILHO, Sérgio Cavaliere. *Programa de Responsabilidade Civil*. 8.ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008. P. 93.



No caso em análise, constato que tal hipótese não se configura de forma clara, isto é, evidenciada por dolo específico da apelante, aproximando-se mais de erro na formulação da narrativa que refere os fatos que deram origem à presente demanda.

Nesse sentido, o STJ já decidiu que “a aplicação de penalidades por litigância de má-fé exige dolo específico, perfeitamente identificável a olhos desarmados, sem o qual se pune indevidamente a parte que se vale de direitos constitucionalmente protegidos (ação e defesa)” (REsp 906.269).

Por tais razões, **VOTO** no sentido de **DAR PARCIAL PROVIMENTO** ao recurso de apelação cível aforado por GBOEX – GRÊMIO BENEFICENTE, para condenar a ré/apelante ao pagamento de indenização por danos morais no valor total de R\$20.000,00 (vinte mil reais), sendo R\$10.000,00 (dez mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira; e R\$5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos demais autores – respectivamente, cônjuge e filhos da segurada falecida.

Mantenho a sentença incólume nos seus demais termos.

É como voto.

Recife, 03 de junho de 2014



Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena**

1ª Câmara Cível

Apelação nº 179345-3

Apelante: GBBSEX - Grêmio Beneficente

Apelado: ABNÉ FRANCISCO LOPES PEREIRA e outros

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

Revisor: Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

VOTO DE REVISÃO

Examinei com profundidade o voto proferido pelo Des. Relator e enquanto os autos estiveram sob o meu exame revisional, promovi diversos apontamentos e me aprofundi sobre a matéria em discussão nos autos AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

Sentença:

Na sentença de fls. 208/213, o juiz *a quo* deu provimento ao pleito autoral, por considerar que a conduta da ré acarretou aos demandantes abalos psíquicos merecedores de compensação por intermédio de indenização pecuniária, arbitrada no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira, e de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para cada um dos demais autores, totalizando a quantia de R\$70.000,00 (setenta mil reais).

Mérito: Compulsando os autos entendo que o dano moral restou caracterizado. Entretanto, entendo que o montante arbitrado pelo juiz *a quo* revela-se exacerbado para hipótese concreta.

Como é cediço, os danos morais surgem em decorrência de uma conduta ilícita ou injusta, que venha a causar forte sentimento negativo em qualquer pessoa de senso comum, como vexame, constrangimento, humilhação, dor.

No que tange ao "quantum" indenizatório fixado, merece reparos a decisão hostilizada.

A respeito do tema destaco que a reparação civil por danos morais possui caráter compensatório e de desestímulo à conduta ilícita praticada, devendo ser também observadas a intensidade do dano suportado e as condições econômicas do ofensor e do ofendido.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

Gabinete Des. Josué Antônio Fonseca de Sena

Sendo assim, ao se estabelecer o *quantum* indenizatório deve o magistrado observar todos os preceitos acima citados, com o intuito de não se fixar uma quantia insignificante nem tão pouco exorbitante.

Compulsando os autos, verifico que a quantia estabelecida pelo Magistrado a quo, arbitrada no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira, e de R\$20.000,00 (vinte mil reais) para cada um dos demais autores, totalizando a quantia de R\$70.000,00 (setenta mil reais), revela-se exacerbada para a hipótese concreta. Assim, modifico o valor da indenização definida a quo para a quantia de R\$10.000,00 (dez mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira; e de R\$5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos demais autores - respectivamente, cônjuge e filhos da segurada falecida.

Nesse cenário, embora repute que o valor indenizatório não deve funcionar como fonte de enriquecimento para o indenizado, por outro lado não se pode perder de vista o abalo e sofrimento experimentado pelos apelados gerado pela conduta do apelante.

Notadamente, entendo que não há fórmulas predefinidas para a mensuração do quantum indenizatório dos danos morais. Porém, este deve ser estipulado com bom senso e prudência, observando simultaneamente critérios de moderação, razoabilidade e de forma a proporcionar ao ofendido a satisfação do abalo sofrido. A propósito, convém salientar que tal indenização deve considerar a extensão da dor, nas marcas deixadas pelo evento danoso e, ainda, as condições sociais e econômicas da vítima e da pessoa obrigada, sem, no entanto, ensejar obtenção de vantagem excessiva, segundo orientação jurisprudencial e doutrinária majoritária.

Voto no sentido de DAR PARCIAL PROVIMENTO apelo para condenar o apelante ao pagamento de indenização por danos morais no valor total de R\$20.000,00 (vinte mil reais), sendo R\$10.000,00 (dez mil reais) para o autor Abné Francisco Lopes Pereira; e R\$5.000,00 (cinco mil reais) para cada um dos demais autores - respectivamente, cônjuge e filhos da segurada falecida.

Recife, 30 Abril de 2014


Des. Josué Antônio Fonseca de Sena
Revisor